

A produção e reprodução da vida social de Bonsucesso a partir de compotas de doces: uma reflexão sobre o trabalho associado.

Mariana de Fátima Guerino¹

Edson Caetano²

Resumo:

No interior das contradições do modo de produção capitalista, os mundos do trabalho se apresentam na contemporaneidade sob a influência da reestruturação produtiva. Dessa forma, o capitalismo operacionaliza meios de constituir e assegurar seu domínio econômico diante de uma série de crises evidenciadas na Europa e nos Estados Unidos, a partir na década de 1970. Tomando como aporte teórico o materialismo histórico, e a observação empírica da produção de doces feitos a partir de frutas e leite em Bonsucesso – MT, pretendemos analisar práticas que se opõem à lógica de exploração capitalista, as quais se constituem como trabalho associado, onde os trabalhadores produzem e reproduzem suas vivências e saberes no âmago de novas e diferenciadas maneiras de produção social da vida.

Palavras-chave: trabalho associado, educação, economia popular, cultura do trabalho.

Introdução:

A categoria trabalho comporta em si a produção de conhecimentos produzidos pelos indivíduos em sociedade na construção de respostas às necessidades humanas, assim como traz em seu cerne, possibilidades de transformação dos sujeitos e da realidade concreta. Essa produção de conhecimentos está intrinsecamente ligada ao período histórico, econômico e social em que se situa a humanidade, e apresenta configurações próprias deste momento em questão.

Fixaremos nossas atenções ao modo de produção capitalista, com suas lógicas particulares, a qual, em linhas gerais, não permite que os indivíduos articulem os

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFMT - Campus Cuiabá, Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho e Educação. mariana.csociais@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2001), Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996) e Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1991); Docente do Instituto de Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação UFMT, Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho e Educação. caetanoedson@hotmail.com

saberes sobre a vida em sociedade através de suas relações sociais e de suas práticas relacionadas ao trabalho, pois nesse sistema, o processo do trabalho está diretamente relacionado à questão da propriedade e posse dos meios de produção. Tiriba (2001, p. 12) nos indica que “aos trabalhadores tem sido negado o acesso aos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitam compreender os fundamentos econômico-filosóficos do mundo do trabalho”, e isso se dá pela necessidade de ocultar aos indivíduos a real exploração a que são submetidos mediante as diretivas do capitalismo.

Compreendemos que o capitalismo dispõe de mecanismos próprios de auto-sustentação, com bases fundadas na produção de mercadorias e na exploração de trabalhadores a partir do trabalho assalariado e conseqüentemente na concentração de renda nas mãos de uma classe minoritária; enquanto a maioria dispõe somente da venda de sua força de trabalho como meio de sobrevivência. O trabalho na sociedade capitalista, marcada pelos ordenamentos do capital, se apresenta enquanto uma categoria fundante na vida dos indivíduos, que assume múltiplos campos da vida em sociedade, como nos explica Iamamoto:

A vivência do trabalho tem centralidade na vida dos indivíduos sociais. Extrapola o ambiente da produção e se espalha para outras dimensões da vida, envolvendo as relações familiares, a fruição dos afetos, o lazer e o tempo de descanso, comprometendo a reposição das energias físicas e mentais, a duração da vida e os limites da noite e do dia. (Iamamoto, 2008, p.17).

Desta forma chegamos ao ponto da necessidade de sobrevivência, pois, se estamos submersos em uma sociedade dominada pelos ditames capitalistas, existem quais outros caminhos a serem trilhados? Existem possibilidades além do formato capital? Iamamoto nos explica que apesar da aparente noção fatalista de que o capital seria a única forma viável de existência em sociedade, os indivíduos podem se mobilizar diante da exploração e, criar novos “mundos”:

Os operários constringidos pela necessidade de sobrevivência mobilizam seu consentimento ante a falta de outras alternativas, porquanto partes da superpopulação relativa sobra. Todavia, a aceitação dessas condições não é sinônimo exclusivo de submissão: resistem, mobilizam-se, expressam sua rebeldia *nas condições possíveis no contexto particular das relações de poder e de classe em que se constituem como indivíduos sociais*. (Iamamoto, 200, p.17). (Grifos meus)

Nesse sentido, dando enfoque ao nosso objeto de estudo, a economia popular solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo e de seus métodos de sobrevivência, portanto, difere da lógica capitalista. Faz-se necessário enfatizar que a negação e a crítica ao modo de produção capitalista está relacionada aos seus preceitos fundantes, tais como: a ditadura do capital nos mundos do trabalho, o despotismo que o direito de propriedade possibilita aos detentores dos meios de produção, onde todos os trabalhadores e trabalhadoras encontram-se submetidos às oscilações de mercado e às vontades de quem detém a concentração do capital em suas mãos. A economia solidária articula o princípio da unidade entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição de mercadorias com o princípio da socialização destes.

Os debates aqui propostos oferecem bases para novas discussões, as quais devem ser amparadas sob a perspectiva da totalidade histórica e concreta, de forma que possamos obter bases do real para compreendermos igualmente uma dinâmica real e colocada historicamente, que é o trabalho no capitalismo, como categoria ontológica da reprodução da vida social, o qual pode assumir outras roupagens que não as propaladas pelo capital. No interior desse debate apresentamos aqui, a pesquisa empírica realizada em Bonsucesso – MT, na qual foi possível observar uma organização do processo de trabalho de forma associada, voltada ao coletivo, ainda que dentro de uma sociedade capitalista.

Para se compreender os pressupostos constitutivos do trabalho associado, faz-se necessário analisar o movimento de crise do capital na década de 1970 e seus desdobramentos a partir de então, os quais determinaram uma série de rearranjos nos mundos do trabalho e transformaram de forma direta as relações sociais.

O presente artigo divide-se em três partes: na primeira iremos contextualizar as configurações que o capitalismo assume diante da crise da década de 1970, empreendendo o que denominamos de reestruturação produtiva; na segunda parte abordaremos os fundamentos e as concepções ideológicas da economia solidária e o trabalho associado, na terceira e última parte apresentaremos/analisaremos os dados obtidos a partir da pesquisa empírica a partir da realidade da produção de doces em Bonsucesso – MT, evidenciando as possibilidades e dificuldades da realidade do trabalho associado.

O contexto de Reestruturação produtiva do trabalho:

A combinação entre a produção em massa proporcionada pelo desenvolvimento do modelo produtivo baseado na configuração taylorista/fordista³, e a regulamentação estatal, fechou um ciclo de compromisso entre capital e trabalho. Ou seja, somente a partir da realização do trabalho nos moldes impostos, seria garantido aos trabalhadores condições de acesso às mercadorias produzidas e o amparo do Estado no que tange a direitos básicos, tais como: educação, segurança, moradia, saúde, transporte etc.

Esse ciclo de combinações, contudo, apresentou sinais de crise de superprodução e de arrecadação, assim como foram evidenciados conflitos entre capital e trabalho devido à eclosão de inúmeros movimentos operários da década de 60⁴. Esse conjunto de fatores, aliado à crise do petróleo⁵, fez com que surgisse um novo paradigma de dominação e acumulação, caracterizado como “capitalismo flexível” (Harvey, apud Yamamoto, 2003).

A retirada de capitais do setor produtivo e seu investimento no mercado financeiro se colocam como as práticas primeiras e fundamentais do capitalismo flexível, que emergiu como alternativa à crise estrutural do capital e de uma configuração rígida de trabalho. Agregadas a essas práticas, a informatização dos ambientes de trabalho, a redução do número de postos de trabalho (o que determinou o aumento do contingente de desempregados), além da retirada sistemática de direitos sociais formaram o respaldo ideológico da política neoliberal⁶.

A realidade concreta criou objetivamente e subjetivamente novas formas de organização do processo de trabalho, embora preservasse os principais pressupostos do modo de produção capitalista. Objetivamente no sentido da materialidade que envolve o

³ Contextualizamos aqui a produção e consumo em massa, mantendo o enfoque na linha de montagem em série, na qual o operário realizava uma pequena etapa da produção, sendo exigido dele pouca qualificação, porém com altas taxas de exploração. A esse respeito ver: Oliveira (2004), Antunes (2005), entre outros.

⁴ O debate acerca dos movimentos sociais no final da década de 60 expressa a necessidade de mudanças no fazer político, em face dos desgastes das instituições institucionalizadas como partidos e sindicatos. Ver Antunes (2005).

⁵ A elevação do preço do barril de petróleo na década de 1970 ocorreu devido a noção de que este é um recurso natural esgotável.

⁶ A ideologia neoliberal ou neoconservadorismo compreende uma concepção de indivíduo (singular, competitivo, calculista, possessivo), uma concepção de sociedade (tomada como meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária da desigualdade entre os homens e uma rasa noção de liberdade (vista como função da liberdade de mercado). Ver NETTO; BRAZ, (2007).

mundo do trabalho e subjetivamente na maneira em que as relações sociais se desdobraram a partir dessas novas configurações, Antunes afirma que (2010):

Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser*. (ANTUNES, 2010, p. 23).

No interior dos ambientes de trabalho, evidenciam-se mudanças organizacionais como a redução dos níveis hierárquicos, divisão do trabalho, carga horária muitas vezes incompatível para a prática de outras atividades. “Obviamente que esse tipo de disposição organizacional vai exigir uma atitude gerencial diferente daquela predominante na gestão fordista, o mesmo se aplicando para o ambiente e a cultura organizacional” (Ruas, 1994, p. 04).

Tais rearranjos do capital implicaram uma série de consequências: aumento significativo do desemprego conjuntural e estrutural, bem como, uma expansão do trabalho informal⁷ nas mais diversas ocupações, dentre estes destacamos os trabalhos: terceirizado/subcontratado, a domicílio, escravo e em tempo parcial.

Alguns autores (Offe, 1989; Gorz, 1982), consideram que a partir das mudanças ocorridas diante da crise do capital e das soluções engendradas para sua sobrevivência, decretaram o fim da centralidade do trabalho, grosso modo, partem do pressuposto de que a diminuição dos trabalhadores fabris e o desaparecimento do proletariado típico da época fordista indicariam uma ruptura no padrão de organização da sociedade. A valorização da capacidade cognitiva, dotada de um poder emancipatório diante da exploração do trabalho fabril, a diminuição do tempo de trabalho necessário e o suposto fim da predominância do trabalho assalariado são, de uma maneira geral, alguns de seus postulados.

Em contraponto, esse panorama de análise foi debatido por outros estudiosos, os quais puderam depreender a partir dessas considerações indicando o fim da centralidade do trabalho, uma concepção que remete ao estreitamento da classe trabalhadora, e apontam alertas no sentido de análise da totalidade concreta da problemática em questão.

⁷ Em linhas gerais, entendemos informalidade como trabalhos realizados em setores caracterizados por baixa produtividade, fazem parte deste fenômeno a totalidade dos trabalhos exercidos em situações ausentes de qualquer proteção social, incluindo os mais novos segmentos de organização do trabalho. Para isto ver Tavares (2004), entre outros.

A classe trabalhadora, de fato, é mais ampla que o proletariado industrial produtivo do século passado, embora este ainda se constitua em seu núcleo fundamental. Ela tem, portanto, uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada, que somente pode ser apreendida se partirmos de uma noção ampliada de trabalho. E apresentar essa processualidade multiforme é muito diferente, como vimos, do que afirmar o fim do trabalho, ou até mesmo o fim da classe trabalhadora. (Antunes, 2004).

Dentro dessa perspectiva de análise, Frigotto (1991) adverte que a mudança da base técnica do processo produtivo mudou o conteúdo e a organização do trabalho, contudo não foi alterada a relação social que os comanda.

Assim, alguns estudiosos, sem fazer a mediação necessária ao entendimento desses processos de mudança, imediatamente anunciaram o fim do trabalho, assim como a liberação do tempo livre para atividades criativas inscritas no mundo da ‘liberdade humana’, quando para milhões de desempregados e subempregados, este ‘tempo livre’ sob relações sociais capitalistas significa degradação das condições de vida, tensão e desespero. (FRIGOTTO, 1991, p. 28).

Dessa maneira fica sob a responsabilidade do trabalhador a obtenção do emprego e a manutenção do mesmo, bem como, o seu empenho e esforço é que em última instância determinarão o seu sucesso ou o fracasso profissional e social.

Podemos inferir a partir das análises anteriormente formuladas, que ser trabalhador assalariado no interior da sociedade contemporânea não é tarefa simples, no entanto pode ser prazeroso e repleto de sentido quando a atividade produtiva se processa no interior de outras premissas coordenadas dentro do que chamamos de trabalho associado.

O trabalho associado e a economia popular solidária: contrapontos ao capitalismo

Refletindo acerca das exigências impostas aos trabalhadores da contemporaneidade, percebemos que a economia popular solidária é gestada no interior da crise do capital e se coloca como alternativa de sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras, de forma a assegurar a reprodução da vida social.

É necessário o cuidado para que as possíveis conceituações do que seria o trabalho associado não se esgotem em si mesmas. Estamos diante de relações sociais complexas, e que contém em si não somente simples características isoladas, mas,

sobretudo são pertencentes a uma dinâmica própria de produção e reprodução ampliada da vida no interior de um determinado período histórico. “O operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho [realizar-se] em determinadas condições e em determinadas relações sociais” (GRAMSCI, 1982, p.7).

O fetichismo da mercadoria tratado por Marx nos evidencia que no capitalismo existem “relações sociais entre coisas e relações materiais entre pessoas...”(MARX, 1973, p. 72). O trabalho associado se funda sobre as bases da percepção oposta ao fetichismo da mercadoria a que se refere Marx, pois nesse caso, não faz sentido a produção de mercadorias que não sejam resultado da produção coletiva. Ainda nesse sentido, pode-se acrescentar que no interior do trabalho associado não se reproduz a cultura do consumismo, mas sim, a cultura do trabalho que abarca a apropriação dos saberes acumulados da vida social e que se processam dialeticamente nas relações sociais e de produção vivenciadas por homens e mulheres dos setores populares no interior da economia popular solidária.

A sobrevivência implica em trabalho e as maneiras de se produzirem mercadorias ocorrem a partir de formas diferenciadas de organização do processo de trabalho e da produção. Produzir e trabalhar de maneira solidária e associativa implica necessariamente conhecer e familiarizar-se com: os instrumentos/ferramentas de trabalho e os meios de produção e ao mesmo tempo e não menos importante, requer a troca de aprendizados entre os sujeitos sociais. É nesse sentido, que o trabalho associado possui conformações próprias, ainda que esteja inserido no modo de produção capitalista. Estes trabalhadores e trabalhadoras operacionalizam meios de edificar relações sociais pautadas em valores que são opostos aqueles preconizados pelo neoliberalismo. Dessa forma são criadas relações de trabalho e produção, formas de compreensão do mundo, sonhos e utopias assentados nos saberes de experiências historicamente produzidos pelas camadas populares.

É importante ressaltar que apesar de o trabalho associado partir da concepção de decisão coletiva, tendo em vista uma produção que é associada, ele está ligado à posse coletiva dos meios de produção; porém a lógica se diferencia da desigualdade característica do capitalismo pelo fato de que o excedente dessa produção é distribuído igualmente entre os indivíduos sociais, processo que desemboca na operacionalização de uma autogestão, onde todos são agentes ativos da vida social. No entanto Tiriba nos aponta que :

As experiências históricas de autogestão revelam que, no embate contra a exploração e a degradação do trabalho, não é suficiente que os trabalhadores apropriem-se dos meios de produção. Essas práticas indicam haver a necessidade de articulação dos saberes do trabalho fragmentados pelo capital e de apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitam compreender os sentidos do trabalho e prosseguir na construção de uma nova cultura do trabalho e de uma sociedade de novo tipo (TIRIBA apud FISCHER, 2004, p. 02)

Dessa forma, a produção dos saberes se expressa por um lado, no fazer laboral e no contato com a natureza e as coisas e por outro lado, na relação estabelecida entre os aprendizados e a tomada de consciência de seus processos; coisa que o capital historicamente se empenha em extrair dos trabalhadores e trabalhadoras, como forma de consolidação da alienação dos mesmos.

Compreendemos a escola, enquanto sendo um espaço institucional onde se processa a educação, ademais, percebemos a escola existente na sociedade capitalista e estando esta presa a um sistema de organização do trabalho e da produção que depende da mão-de-obra barata (assalariada) para produzir suas mercadorias, como sendo um instrumento a serviço dos interesses do capital.

Também é preciso destacar que, historicamente, como expressão das contradições entre capital e trabalho, à grande maioria da classe trabalhadora foi oferecida uma educação cujo objetivo é ajustá-la às “necessidades do mercado”, ou seja, do capital (TIRIBA apud FISCHER, 2004, p. 05).

No interior da dinâmica do trabalho associado, os saberes não estão necessariamente ligados à instituição escola, pois o próprio trabalho se constitui como uma categoria que constrói continuamente múltiplos conhecimentos. Assim ao trabalhar, os trabalhadores e trabalhadoras constroem/desconstroem maneiras de enxergar e compreender o mundo e se relacionar com seus iguais. Dessa maneira produzem um tipo específico de cultura, na qual apesar de estarem imersos em uma sociedade capitalista, não se capitalizam, mas sim se humanizam no trato diário com a vida social .

Thompson acredita que, as experiências são delineadas pelas relações de produção, porém, “a consciência de classe é a forma como essas experiências são

tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.” (THOMPSON, 1997, p.10). Assim, a consciência de classe é uma categoria que se processa no cotidiano do trabalho, através do contato com todas as etapas da produção, da divisão social do trabalho, que se processam enquanto conhecimentos acumulados historicamente através dos saberes aplicados no manejo produtivo.

Dona Guti e habitantes de Bonsucesso: um exemplo de trabalho associado no estado de Mato Grosso.

“Uma vida adocicada não tem lugar para angústias”. Essa fala de Dona Guti, ao redor das compotas de doces produzidas por ela em exposição para vendas na área frontal de sua casa, poderia ser um anúncio publicitário de forma a angariar compradores, mas aqui, ao realizar conversas com essa senhora, nos localizamos em uma perspectiva diferenciada da idéia vinculada somente ao lucro e à alienação do trabalho produtivo. Sua fala é repleta de sentido, e evidencia vivências e saberes que foram apropriados ao longo de sua vida como indivíduo social repleto de complexidades, capaz de realizar trabalho e criar redes de trabalhos cooperados para uma produção coletiva. Em conversas sobre sua vida, ela nos indica como o seu trabalho, a produção de doces de frutas e leite em pasta, ralados ou em pedaços, toma amplas dimensões e expande a interação entre os indivíduos do espaço social, fazendo com que a competição e o individualismo –característicos da sociedade contemporânea– não tenham espaço, seu trabalho é prazeroso e se encontra em um lógica à margem de resquícios ideológicos capitalistas.

A pesquisa empírica foi realizada em Bonsucesso - MT⁸, onde entrevistamos Dona Guti, uma mulher de 80 anos que produz compotas de doces de frutas (jabuticaba, mamão, goiaba, abóbora, côco, leite e melado – cana) a partir de práticas do trabalho associado. Ela aprendeu a fazer doces com a sua mãe, que tinha aprendido

⁸ A localidade de Bonsucesso surgiu a partir de 1823. Faziam parte do Distrito, as localidades de Souza Lima (antigo Sovaco), Capão Grande, Pai André, Praia Grande, Capela do Piçarrão e Limpo Grande. O Distrito está situado às margens do rio Cuiabá, cuja rua principal alonga-se na barranca do rio, ostentando suas casas humildes por cerca de mil metros lineares. Mais dados disponíveis em <http://www.varzeagrande.mt.gov.br>

anteriormente com a sua avó. A produção de doces é realizada há três gerações. Dona Gutí somente estudou até o quarto ano do ensino fundamental, pois, como ela nos coloca: “ Já sabia fazer tudo que precisava na vida aos 11 anos, então a escola não tinha muita função”. Dona Gutí nos relatou que teve contato com o trabalho desde criança: “fui trabalhando e aprendendo”.

Os doces são produzidos em casa por Dona Gutí, ela se utiliza de fogão a lenha, a qual é fornecida pelo vizinho em troca de algumas compotas de doce. A filha mais velha de Dona Gutí auxilia nos serviços domésticos e também na produção de doces. As frutas e o açúcar são comprados em supermercados da cidade mais próxima de Bonsucesso (Várzea Grande – MT); o deslocamento se dá por caronas ou por ônibus coletivo, no entanto, algumas frutas como mamão, goiaba e jabuticaba são fornecidas por outro vizinho que dispõe de um pomar nos fundos de sua casa, e quando é possível, este auxilia Dona Gutí na venda das compotas, tirando uma porcentagem para si do valor da venda dos frascos de doce. O leite é vendido por outro morador próximo da casa de Dona Gutí. O valor das compotas de doce de 700 g tem o preço de R\$10,00.

Considerando Bonsucesso uma comunidade às margens do Rio Cuiabá, onde se encontram inúmeras peixarias (todas são de propriedade de pessoas oriundas de Bonsucesso) que atendem um grande número de turistas, seus habitantes se mantêm unidos na produção de trabalhos que fundamentam as bases da reprodução da vida social dos mesmos, e não desejam alterar a maneira de viver, nem mesmo o local que os sustenta. “Em Bonsucesso todos se conhecem e todos se ajudam”, diz Dona Gutí.

Percebe-se que a produção de doces conta com a ajuda de uma rede de moradores do local que, ora fornecem matérias-primas, ora auxiliam na venda, ora fornecem instrumentos de produção como a lenha, ou seja, a sobrevivência se processa através da ajuda mútua, sem que haja competições e ganhos diferenciados entre eles.

Os agentes desse processo de trabalho associado verificado em Bonsucesso, são em sua maioria moradores que nascem e morrem nesse mesmo espaço. Alguns já trabalharam na cidade de forma assalariada, porém não desejam esse tipo de vida, pois é no interior de uma economia popular solidária que são fundadas as bases de novas maneiras de se produzir a vida social, de maneira oposta à ótica individualista tão propalada pelo capitalismo.

Existe uma preocupação recorrente que é a de que alguns adolescentes de Bonsucesso expressão o desejo de irem trabalhar nas cidades, pois segundo Dona Gutí, existe uma “atração que os chama para valorizar o trabalho na cidade”. Isso é problemático, nos diz ela, no sentido de se quebrar vínculos de produção, fazendo com que esses jovens adentrem ao trabalho assalariado nas cidades e percam o “espírito humano” como ela nos diz, além do mais o nível de estudos é baixo, de modo que possam concorrer em grau de habilidade no mercado de trabalho urbano capitalista. Nesse sentido habilidades consideradas imperativas no âmbito do capitalismo, no trabalho associado se apresentam de maneira diferenciada. Fazendo a ponte com Iamamoto (2008), podemos considerar a hipótese que Dona Gutí se referiu ao que a autora nos coloca:

A forma social de cooperação e a divisão do trabalho impostas dependentes da habilidade do trabalhador ... reforçam a competitividade e estimulam a aparência de um trabalho meramente individual, ao qual se alia o despotismo das formas de gestão e controle do trabalho. (Iamamoto, 2008, p. 23)

Em diálogo com Gramsci, ele nos aponta de modo enfático a recuperação do espírito humano que Dona Gutí teme que os jovens de Bonsucesso percam no interior do trabalho associado:

Dado que, nos processos de trabalho associado, a força de trabalho não se caracteriza como uma mercadoria, pressupondo relações econômico-sociais opostas às relações capitalistas, pode-se inferir que um dos objetivos da educação de trabalhadores associados “consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado de grau de desenvolvimento, modificando sua relação entre o esforço de intelectual-cerebral e o esforço-muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo” (GRAMSCI, 1982, p. 8).

Dona Gutí mesmo sabendo assinar somente seu nome, reconhece que as formas de vida “lá fora” são difíceis, ela nunca morou em outro lugar, porém disse que conhece muitas pessoas, e essas pessoas são carregadas de histórias próprias e o centro dessas histórias é a maneira pela qual a luta pela sobrevivência se processa. Esse conhecimento pode ser entendido como os saberes do trabalho associado, sobre esse assunto, FISHER (2009) e TIRIBA (2009) e CATANI (2009) nos explicam melhor:

O termo diz respeito ao conjunto de habilidades, informações e conhecimentos originados do trabalho vivo, tecidos na própria atividade de trabalho e engendrados e acumulados ao longo da experiência histórica dos trabalhadores e trabalhadoras que se associam de forma autogestionária na produção de bens e serviços, contrapondo-se à lógica do sistema capital. Abrange os saberes formalizados nos fóruns coletivos que articulam as experiências de trabalho associado, bem como no âmbito da pesquisa e produção científica do conhecimento acerca das dimensões técnicas, políticas, econômico-filosóficas e culturais do fazer/pensar/refazer o cotidiano do trabalho associado e sua relação com o processo mais amplo de produção da vida social. (FISCHER e TIRIBA, apud CATANI, 2009)

Se os saberes são construídos no contato direto com todas as fases de produção, e essas fases produzem novas formas de contatos sociais, assim como ampliam o domínio de práticas já construídas, podemos afirmar que a educação institucional talvez não fosse necessária. No entanto, a pedagogia da produção associada nos indica novas formas de se conceber a educação dentro da concepção de um trabalho produzido sob a ótica da economia popular solidária, saibamos mais sobre isso:

Para refletir sobre os fundamentos de uma pedagogia da produção associada, consideramos pelo menos três premissas teórico-práticas. A primeira é que, na busca incessante para ganhar o pão de cada dia, o trabalho torna-se não apenas um princípio educativo, mas também um fim educativo. Os trabalhadores têm aprendido na “escola da vida” que não tem sido suficiente reivindicar do Estado seus direitos mínimos de cidadania. O abandono do Estado em relação às necessidades básicas de alimentação, moradia, educação etc. tem influenciado na construção de uma cidadania ativa – que vai mais além do protesto e da reivindicação. A segunda premissa é que, mediante a práxis, os seres humanos constroem a realidade humano-social. Inclusive não tendo acesso à escolarização básica, a estrutura da divisão do trabalho – incluindo, aí, os processos de discussão, participação e decisão – é o que vem permitindo ampliar, em maior ou menor grau, os saberes sobre o mundo do trabalho e a vida em sociedade. Assim como para a pedagogia da fábrica (Kuenzer, 1986), na medida em que os integrantes destas unidades econômicas aprendem os conhecimentos específicos para produzir os bens materiais para sua sobrevivência, aprendem também os valores, os comportamentos que são necessários para o estabelecimento de determinadas relações de produção. O terceiro pressuposto é que, como nos indica Razeto (1993), nenhuma economia se torna solidária porque as pessoas tornam-se boas ou generosas, mas quando o trabalho e a comunidade

tornam-se os fatores que determinam os demais fatores da produção. A solidariedade somente pode se tornar um valor real na medida em que ela se incorpore na própria organização do trabalho. (TIRIBA, 2007, p.92 a 93)

Ser um indivíduo ativo, pensante e detentor dos meios de produção para a produção de uma vida sem desigualdades, é o pressuposto fundamental do trabalho associado, nessa perspectiva, a educação popular tem como objetivo fazer com que esses indivíduos percebam sua importância enquanto seres que são capazes de gerar e gerir toda a produção da vida social, assim como de operacionalizar meios para que haja a consciência de que não são somente recipientes vazios que recebem ordenamentos de como se posicionar em relação à forma de trabalhar. Portanto a educação popular parte de premissas no sentido de mostrar a capacidade de construir e reconstruir ao longo do tempo, maneiras solidárias de vida.

Considerações Finais

Diante da pesquisa realizada em Bonsucesso, a partir dos depoimentos obtidos junto à dona Guti, foram aqui explanadas algumas reflexões acerca do que seria o trabalho associado no interior de uma economia popular solidária, e suas relações com a formação da consciência, dos saberes e da produção da vida social. Importante lembrar que a sociedade como um todo possui dinamicidade, apresentando características diferenciadas ao longo dos períodos históricos.

Na formação do capitalismo são asseguradas à classe burguesa o domínio dos meios de produção, enquanto que aos trabalhadores restam a venda de força de trabalho, e nessa configuração, os saberes produzidos por estes esgotam-se na superficialidade da vida prática e utilitária.

Assim como o trabalho, as relações entre trabalho, educação e produção de saberes ganham diferentes configurações ao longo da história da humanidade. A dicotomia “mundo do trabalho” e “mundo da cultura” constitui-se como uma marca da sociedade de classes e, em especial, da sociedade capitalista, na qual os possuidores dos meios de produção e seus representantes são considerados detentores do saber científico, enquanto aos vendedores de força de trabalho cabe o saber prático, adquirido na experiência do trabalho vivo (FISHER, TIRIBA, 2009, p. 02).

Se posicionar contra o formato econômico do capital não é tarefa simples, porém percebemos ser possível. Marx já nos anunciava que “...a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trazem a morte; ela produziu também os homens que portarão essas armas –os operários modernos, os *proletários*”. A produção associada não comporta em si tão somente trabalhadores e trabalhadoras como a Dona Guti, que nasceu e vive no mesmo lugar até hoje, com 80 anos produzindo doces, mas também abarca ex-trabalhadores assalariados que se negam a se submeter às explorações do modo de produção capitalista, confluindo em um espaço de contradição e perspectivas diferenciadas que se consubstanciam em uma cultura do trabalho baseada na solidariedade entre os indivíduos.

A interface trabalho, educação e cultura se coloca como uma reflexão necessária para que possamos dar os primeiros passos no entendimento acerca de nossas vidas em sociedade. Compreendemos que os estudos sobre o trabalho associado nos fornecem visões e análises acerca de uma tentativa de resistência ao capitalismo exploratório, e se desdobra em mecanismos de sobrevivência e manutenção de necessidades fora do plano do consumismo, mas dentro do plano consciente do viver a vida associativamente.

A crise do capitalismo a partir da década de 1970 e a saída neoliberal construída para a superação da mesma e que repercutiu negativamente nas condições de vida e de trabalho, principalmente dos trabalhadores e trabalhadoras das camadas populares; constituiu as bases de sustentação que possibilitaram a multiplicação de experiências de trabalho associado. Trabalho este que pressupõe a solidariedade, a autogestão, a troca de saberes, a manutenção da vida e da cultura e pelo prazer de se fazer o que gosta, sem se preocupar com a lucratividade individual.

O Estado de Mato Grosso contém vários espaços onde se processam as práticas de trabalho associado, nosso recorte se manteve no distrito de Bonsucesso, pela proximidade e acesso favoráveis, no entanto nossa pesquisa não se encerra por aqui, e antes de ofertar qualquer resposta aos dados apresentados, temos como objetivo levar a conhecimento a existência de pessoas dispostas a organizar-se de maneiras opostas ao modo de produção capitalista, e estimular a reflexão acerca dessas organizações como possibilidades concretas a serem realizadas. O presente artigo se constituiu como uma abordagem inicial acerca da produção da vida associada em Bonscesso, esperamos ter contribuído para o debate acerca do tema.

Referências Bibliográficas:

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? São Paulo, Ed. Cortez, 1995

CATANI, A. D. Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico, Petrópolis: Vozes, 1997.

FRIGOTTO, G. Trabalho, Educação e Tecnologia. In: SILVA, T. Trabalho, Educação e Prática Social. Porto Alegre. Artes Médicas, 1991.

GORZ, A. Adeus ao proletariado. Rio de Janeiro. Forense, 1982

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. São Paulo, Edições Loyola, 2007.

IAMAMOTO, M. V. Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. 3º ed. – São Paulo, Cortez, 2008

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Global, 1981

MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. O Capital. Crítica da Economia Política, Vol. 1, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

NETTO, J.P; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo, Cortez, 2007.

OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: Trabalho e sociedade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, D.P.R. Sistemas, Organização e Métodos. 14º ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ORGANICISTA, J. H. C. O debate sobre a centralidade do trabalho. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

Prefeitura de Várzea Grande, disponível em: <http://www.varzeagrande.mt.gov.br>, acesso em 10/05/2001.

RUAS, R. Qualidade Total: organização e gestão do trabalho na produção industrial. Porto Alegre, UFRGS, 1994.

TAVARES, M. A. Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo. Cortez, 2004.

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TIRIBA, L. Economia Popular e Cultura do Trabalho: Pedagogia(s) da Produção Associada, Ijuí: UNIJUI, 2001.

_____. Educação Popular e Pedagogia(s) da Produção Associada, Caderno Cedes, Campinas, vol. 27, n. 71, p. 85-98, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

TIRIBA, L, FISCHER, M. C. B. Saberes do trabalho associado . In CATTANI, A. D., LAVILLE, J. L; GAIGER, L. I e HESPANHA, P. Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra, Editora Almedina, 2009.

